

## SE DEUS EXISTE...

O temor do Senhor é o princípio da sabedoria  
(Prov 10,9)

### Estudando para ser ateu

Tanta gente supostamente tão inteligente tem declarado que Deus não existe, tantos sábios (filósofos, biólogos, físicos, matemáticos, psicólogos, enfim cientistas dos mais diversos ramos) têm se apresentado como ateus, que eu, um simples mortal, pensei comigo: acho que ele não deve existir mesmo.

Foi assim que comecei a estudar para ser ateu.

Na verdade, quando eu era jovem já havia feito essa tentativa, mas os argumentos contra a existência do ser supremo não me convenceram. Contudo, quem sabe, com toda essa evolução do saber, não se descobriu algum argumento novo. Então fui à luta. Reli alguns dos textos de minha juventude, saí pesquisando pela internet (quanto besteira se diz de ambos os lados), até li o tão badalado livro de Dawkins.

Para ser honesto, confesso que me decepcionei profundamente. Meus estudos para me tornar ateu fracassaram, não consegui minha graduação de ateísmo. Portanto, se você, ilustre leitor ateu, queria confirmar suas crenças ateísticas, não leia este texto. Quanto a você, leitor teísta, também não precisa ler porque provavelmente não pretendo dizer nada de novo, já que nada de novo existe sobre o assunto.

Então, para quem escrevi este texto? Para mim mesmo, para organizar um pouco as ideias que surgiram e tentar clarear que ideia tenho mesmo de Deus. De qualquer forma, torno público o texto aguardando que alguma alma bondosa ateia ou teísta, tendo paciência para ler essas meditações, possa me ajudar corrigindo meus prováveis erros de análise.

Embora seja um texto que, como disse, escrevi para mim mesmo, escrevo como se me dirigisse a algum possível leitor, uma espécie de amigo imaginário com quem a gente pode conversar com liberdade, sem medo de que ele zombe de nossas bobagens.

### Reflexão Preliminar: não há evidências

Ainda seminarista, ou seja, envolvido por um ambiente religioso e até mesmo apologético, mas, ao mesmo tempo, intelectualmente arejado (na década de 1960), coloquei seriamente em dúvida a existência de Deus. Não se tratou apenas de uma dúvida metódica. Foi algo realmente existencial, algo que tinha a ver com o próprio sentido da vida e com o entendimento do próprio ser. Aliás, parece-me que grande parte das pessoas não se põe essa questão: creem ou não creem, mas não se preocupam em pensar sobre isso.

Li, pesquisei, refleti e, de fato, quase me tornei ateu ou agnóstico, mas a tese ateística, por fim, não me convenceu e tornei-me mais seguro quanto à existência de Deus. Aliás, já estava na moda, nos meios intelectuais a negação da existência da divindade. Pessoas consideradas muito inteligentes (“gênios”) eram ateus. Já parecia

naquele tempo que ser inteligente ou culto levava a pessoa a dispensar a crença em um ser superior. Esse pensamento parecia supor ou dizer implicitamente que os crentes eram menos inteligentes ou cultos (ou talvez apenas interesseiros), esquecendo que, entre os crentes de diversas denominações, havia pessoas tão inteligentes ou geniais quanto entre os não-crentes, bem como entre os não-crentes há muitos cuja descrença é apenas um comportamento de rebanho.

Nessa linha de raciocínio (tipo argumento de autoridade?), lembro que os principais pilares da filosofia ocidental são todos teístas: Sócrates (na medida em que podemos conhecê-lo), Platão, Aristóteles, Descartes, Kant (embora se tente hoje vê-lo como ateu, devido a sua rejeição dos argumentos que queriam provar a existência de Deus). E não cito aqui esses dois gênios, Agostinho e Tomás de Aquino, pois muitos refutariam alegando que, afinal, eles eram cristãos.

Então, essa pequena reflexão não tem nenhuma pretensão proselitista ou catequética. Não tenho a intenção de converter meus amigos ateus, o que, aliás, não costuma mesmo ocorrer. Como se diz: os debates entre ateus e teístas sempre terminam empatados, cada qual continua na sua posição.

Na verdade, meu objetivo aqui, como disse acima, era o contrário: investigar para ver se o ateísmo não seria a hipótese verdadeira. Portanto, tentei refazer aquele itinerário da juventude e ver se, mais maduro, percebo algum argumento sólido que me escapou naquela época. Sei que, na história do pensamento, costuma acontecer o contrário: ateus na juventude tornam-se teístas na terceira idade, como Fichte, Schelling, Heine (que antes de Nietzsche anunciara a morte de Deus e falara de super-homem), para citar alguns que foram na juventude combativos ateístas.

De qualquer forma, parece-me que essa questão só interessa a poucos, pois tenho a sensação de que grande parte do crescimento do ateísmo contemporâneo constitui uma espécie de modismo, como já disse acima. Por outro lado, há também um certo comodismo: assim como muitos são religiosos por comodismo, também há os ateus por comodismo, pois o clima materialista, marcado pela busca de sucesso financeiro, busca do prazer etc. dispensa a necessidade de se importar com realidades menos ponderáveis e esperanças menos palpáveis.

Quando disse acima “diferentemente de outros tempos”, quis dizer que a negação de Deus surgiu como uma espécie de contestação ao que a religião e Deus representavam de repressão, de dominação, de resignação ou de alienação e que desemboca na famosa proclamação de Nietzsche de que Deus morreu. Nos séculos passados, os pensadores ateus tinham a preocupação de combater as provas de Deus, tentando negar sua validade.

Atualmente, não percebo muito isso. Na verdade, muitos já supõem a não existência do ser supremo como um dado e, se chegam a emitir alguma indicação de por que não creem em Deus, geralmente, se restringem a algo como: “Deus não é necessário” ou “não há evidências”.

Recentemente, têm surgido alguns livros que parecem querer colocar esse tema de novo em discussão, mas não parece que as pessoas se interessem em levar muito a sério pensar sobre o assunto. Na prática, acham que Deus não existe e pronto. Discutir isso para quê?

Aliás, na verdade, o que ocorre é que a grande massa nas culturas ocidentais e no alto oriente vivem um ateísmo prático – e esse já é um fenômeno antigo. Mesmo

professando pertencer a alguma religião, muitas pessoas atravessam sua existência como se Deus não existisse.

Entretanto, parece-me que o ateísmo contemporâneo ainda se funda sobre o antigo bordão de que “os homens criaram os deuses por causa do medo”. Ora, superado o medo, não há nenhuma razão para que se continue a crer em Deus. Evidentemente, sob o signo do medo, incluem-se todas as superstições e formas de ignorância sobre os fenômenos da natureza ou da realidade humana. Essa concepção parece ter sido assim formulada em termos mais explícitos pelo poeta romano Tito Lucrécio Caro (suicidou-se por volta do ano 50 AEC) a respeito de Epicuro (faleceu em 270 AEC, em Atenas) que teria sido, segundo o poeta, o primeiro a ensinar sobre a necessidade de se superar o medo dos deuses.

Com certeza, a explicação sobre a origem da religião não é tão simples. De fato, encontraram-se culturas onde a relação com a natureza não é marcada pelo medo, mas por uma relação tranquila. Os pigmeus do Congo têm esse tipo de relação com a natureza. Martin Gusinde comenta sobre eles:

“Não permitem que transpareça o sentimento de inferioridade com relação à onipotência das forças enfurecidas da Natureza; não conhecem nem o temor nem a angústia, face aos fenômenos do mundo visível. [...] na luta pela subsistência se consideram constantemente, por assim dizer, vencedores bem-sucedidos”. (Apud SIEGMUND, p. )

Não se pode mais afirmar que o medo seria a causa principal do surgimento do fenômeno religioso, embora, por outro lado, não se pode negar que as instituições religiosas fomentaram a relação de medo como forma para se reproduzir socialmente. A crítica de Epicuro é correta sob esse aspecto.

Faz parte da condição humana buscar compreender o sentido maior de sua própria existência. Como já disse Aristóteles, foi o “espanto” que fez nascer a filosofia – “espanto” no sentido fundamental de admiração perante o mundo ao nosso redor, daquela tomada de consciência que algum primeiro homem teve ao se ver no mundo e se perguntar: o que é isso? O que faço aqui? De onde vim?

Portanto, um conjunto de fatores – o medo, a busca para entender os fenômenos da natureza, os mistérios da vida, as doenças, o sofrimento, mas também o questionamento sobre o próprio sentido da existência – foi que gerou o que chamamos de “fenômeno religioso”, que é, na verdade, um termo muito vago, pois costuma incluir desde os rituais mágicos de controle das forças da natureza até as religiões monoteístas.

Aliás, a tese sobre a origem da religião fundada sobre o medo e a ignorância, foi muito usada no Iluminismo que pretendia criar uma sociedade fundada sobre a Razão e que desembocou na Revolução Francesa, que criou a religião da Razão – e sabemos no que deu.

Neste início do século XXI, assistimos a um estranho paradoxo cultural. No começo da época chamada de Modernidade, com o império do racionalismo, das ciências empíricas e seus desdobramentos nos avanços tecnológicos e científicos e no desabrochar das novas teorias sobre as origens da vida, sobre o Universo, sobre o próprio ser humano, imaginava-se (pelo menos, alguns ideólogos imaginavam) que a Humanidade sairia da idade “das trevas”, exterminando todas as superstições, todas as religiões e todas as concepções preconceituosas de relacionamento social.

Como se sabe, todo o progresso científico e tecnológico não impediu a radicalização do racismo no início do século XX (pelo contrário, utilizou-se o nome da Ciência para justificar o racismo), o crescimento da exploração do homem pelo homem ou a dominação de umas nações sobre outras. Nem a utopia capitalista nem a utopia socialista tornaram este mundo melhor para todos os homens. Em ambos apenas se consolidaram os privilégios de alguns em relação à maioria da população. Sem dúvida, houve uma extraordinária evolução em todos os campos científicos que melhoraram consideravelmente as possibilidades de vida das pessoas. Entretanto, o acesso a esses recursos continua restrito a uma parcela limitada da humanidade.

A previsão sobre o fim das religiões (e do que elas representam de superstição) não se concretizou. Vemos hoje o islamismo crescendo a cada dia, sobretudo seus grupos mais radicais, em grande parte por causa das insatisfações e frustrações que essa sociedade moderna criou. Aliás, muitos autores costumam vincular o extremismo religioso, em especial o islâmico, ao elemento de intolerância religiosa, mas esquecem que, por trás disso, há uma multidão de seres humanos se sentindo excluídos, marginalizados e sem alternativa de vida que se tornam alvos fáceis de discursos radicais (e aí tanto faz que seja de tipo religioso ou político). Vemos também o fundamentalismo religioso e o fanatismo entre cristãos que se negam mesmo a aceitar as evidências científicas mais simples.

O que a modernidade fez com certeza foi tornar mais patentes as distâncias sociais e culturais entre os povos. Isso quer dizer que a morte de Deus não tornou o mundo melhor, não tornou os homens melhores, não acabou com os preconceitos ou com as opressões e não acabou com as religiões animistas, espiritualistas ou monoteístas. Sem dúvida, aumentou o quantitativo de ateus no mundo (ou melhor, de ateus assumidos), mas não sei se eles se tornaram melhores por serem ateus, do mesmo modo, que muitos religiosos também não se tornaram melhores por serem religiosos. O crescimento do ateísmo é um fenômeno significativo no Ocidente. Não sei dizer que consequências isso pode trazer para a humanidade. Até o presente, a utopia daqueles pensadores que imaginavam tornar o ser humano melhor ao libertá-lo da escravidão religiosa não parece ter se confirmado.

Talvez o principal mérito do ateísmo, para a sociedade em geral e para as religiões em especial, seja a crítica às práticas religiosas que têm sido, ao longo dos séculos, repressoras e, até mesmo, violentas. Vamos pensar nisso um pouco.

## DEUS E AS RELIGIÕES

Grande parte dos questionamentos sobre a divindade é uma crítica à própria prática religiosa e ao modo de ser das religiões.

Já na Antiguidade, isso ocorria. Vários pensadores entendiam que era preciso purificar a ideia de Deus das superstições e mitos. Quanto ao próprio Epicuro, apontado como o pai do ateísmo, parecia querer em alguns textos, na realidade, libertar a divindade das concepções que circulavam no meio do povo:

“Ateu não é aquele que se descarta dos deuses da multidão, mas quem atribui aos deuses as opiniões da multidão” (Carta a Menoikeus, apud SIEGMUND, p. 64).

As práticas, ritos e normas religiosas têm motivado fortemente o ateísmo. Muitos ateus chegaram a essa posição devido à forma como lhes foi apresentado o próprio Deus: violento, ciumento, arbitrário, vingativo, cheio de exigências sem sentido. Na verdade, isso reflete mais as neuroses dos religiosos, hierarcas ou fiéis, do que o ser da divindade.

Além disso, o comportamento de muitos religiosos – suas hipocrisias, suas incoerências, sua insensibilidade diante dos problemas sociais ou sua resignação diante das injustiças e até mesmo sua corrupção moral e política – também promove a descrença. Assim, penso que, em parte, o ateísmo se difundiu pela conjunção desses dois elementos (até contraditórios): o fundamentalismo, por um lado, e a hipocrisia, por outro.

Quanto à hipocrisia, não há muito o que dizer: as deficiências morais existem em todos os segmentos e grupos humanos e não se pode condenar o grupo todo, ou suas ideias, por causa das falhas dos seus membros.

Quanto ao fundamentalismo, ou seja, aquela interpretação literal das normas ou textos fundadores das religiões, que ignora os avanços da exegese, das técnicas de análise textual, de contexto histórico etc., o que considero mais estranho é que vejo ateus que, embora pareçam bem informados, ainda tenham o mesmo tipo de interpretação literalista dos textos bíblicos (por exemplo). Assim, ironizam ou tentam desmentir textos bíblicos como a história Adão e Eva, a criação em seis dias, o fato de o texto dizer que Deus mandou exterminar uma cidade inteira etc. Na verdade, nesse caso, os argumentos se esvaziam por si mesmos e só preocupariam aos fundamentalistas que ainda entendem os textos dessa forma.

Mais trágico é o caso daqueles grupos religiosos que se arrogam o direito (o dever para eles) de agir em nome de Deus. Aliás, recordo-me aqui do comentário de Slavoj Žižek sobre aquela famosa frase do romance de Dostoievski (“se Deus não existe, tudo é permitido”), dizendo que se dá o contrário (se Deus existe, tudo é permitido), e não no sentido paulino da liberdade cristã, mas no sentido de que, em nome de Deus, as pessoas têm matado e torturado (como vimos na Idade Média, na Genebra de Calvino, nos grupos evangélicos norte-americanos que colocavam bombas em clínicas de aborto e nos grupos fundamentalistas islâmicos terroristas). Essa situação parece a mais desabonadora para as religiões.

Por coisas assim, muitos ateus pregam que as religiões são perigosas, pois geram o fanatismo que estimula a intolerância e a violência. De modo particular, acusam as religiões monoteístas de terem produzido esse comportamento, comparando com as religiões pagãs politeístas que, dizem eles, seriam tolerantes com as diferenças religiosas.

Entretanto, isso não é exatamente verdadeiro. Embora, não houvesse preocupação com verdades teológicas ou mesmo com as características éticas dos cultos aos diversos deuses, também no politeísmo havia a condenação aos que não acreditavam. Na Grécia, uma pessoa podia ser processada por “assébeia” (impiedade). Segundo Xenofonte (430 a 354 AEC), Sócrates (469 a 399 AEC) foi condenado por seduzir a juventude, introduzindo novos deuses. Protágoras (490 a 415 AEC) fugiu de Atenas e teve seus livros queimados em praça pública por ter feito certas afirmações agnósticas. E não esqueçamos que os cristãos também foram perseguidos, acusados de ateísmo por não aceitarem adorar os deuses pagãos.

A perseguição do Império Romano contra os cristãos, mesmo que tenha começado pela loucura ou pela necessidade de Nero de encontrar um bode expiatório para o incêndio de Roma, era na verdade uma perseguição religiosa. É verdade que tinha uma conotação política, pois a ideia de fraternidade universal e a denúncia das injustiças do Império estavam implícitas na mensagem cristã, representando uma ameaça aos pilares que sustentavam aquela sociedade. Houve também momentos em que a perseguição tinha a intenção oculta de tomar os bens da Igreja para cobrir o déficit financeiro do Império. Entretanto, o motivo explícito era religioso. Vamos ler um pequeno trecho da carta de Caio Plínio Segundo, governador da Bitínia entre 111 e 113, para o imperador Trajano (governou de 98 a 117):

[...] Mas eis a regra que eu segui diante dos que me foram deferidos como cristãos. Perguntei a eles mesmos se eram cristãos. Aos que respondiam afirmativamente, repeti uma segunda vez e uma terceira vez a pergunta, ameaçando o suplício. Os que perseveravam mandei executá-los, pois eu não duvidava de que, qualquer que fosse a culpa, devia-se punir tal teimosia e inflexível obstinação. [...] Outros, cujo nome tinha sido fornecido por um denunciante, disseram ser cristãos e depois o negaram [...]. Também estes todos adoraram tua imagem e as estátuas dos deuses e amaldiçoaram a Cristo (apud FRÖLICH, p. 16).

Mais adiante, Plínio mostra que sua estratégia está surtindo efeito:

Sei com certeza que os templos, que até há pouco estavam quase desertos, começam a ser frequentados novamente, que as solenidades sagradas – há tempo interrompidas – são retomadas, e por toda parte vende-se a carne das vítimas, que até então encontrava poucos compradores. Disso pode-se

concluir que uma multidão de pessoas poderia ser curada, se fosse aceito o arrependimento dela (Idem).

Como se vê, a questão é visivelmente religiosa, pois se trata de garantir que os cristãos abandonem sua fé e adorem os deuses pagãos. O curioso é que alguns filósofos pagãos negavam a existência dos deuses e não eram perseguidos, o que parece demonstrar que a perseguição ao cristianismo era não apenas religiosa, mas também ideológica.

Há ateus também que dizem que os ateus não têm esse comportamento intolerante, persecutório ou violento contra os crentes. Os sistemas que se apresentaram como ateus na História não parecem confirmar essa tolerância. Nos países do outrora chamado “bloco socialista”, a perseguição às religiões era explícita e até fazia parte da política oficial dos governos. O mesmo aconteceu durante o período de terror da revolução francesa, que se apresentando como fruto do Iluminismo, criou um simulacro de religião que tinha como deusa a Razão.

Portanto, as perseguições por motivos religiosos não são exclusividade do monoteísmo. Entretanto, não há como negar que as religiões monoteístas têm, ao longo da História, de diversos modos, adotado práticas violentas para impor a sua verdade. O mais grave é que isso é, ao menos do ponto de vista do cristianismo, completamente oposto aos ensinamentos de Jesus, que sempre recusou qualquer forma de imposição de sua mensagem, que rejeitou a visão guerreira que seus contemporâneos tinham do messias e delegou a tarefa de anunciar sua mensagem a homens simples, pobres e desarmados. Assim foi o princípio do cristianismo. Depois, provavelmente influenciada pela ideologia da força que marcava o Império Romano, a Igreja institucionalizada começou a achar que era legítimo usar a força para impor a “verdade”. Não é preciso descer a detalhes para justificar (alegando que era a mentalidade comum da época) ou para condenar mais ainda, algo que já está claramente condenado e de que a própria Igreja Católica já se penitenciou. O fato é que foi um comportamento absolutamente contrário ao evangelho.

Enfim, não resta dúvida que o modo como as instituições religiosas e seus membros têm agido ou a forma como têm apresentado Deus tem levado muitas pessoas ao ateísmo.

## DEUS NÃO É NECESSÁRIO

Houve uma época em que os filósofos ateus se preocupavam em combater as provas da existência de Deus. Atualmente, parece que não se vê mais esse tipo de coisa. A maioria dos filósofos ou pensadores ateus não têm preocupação de demonstrar as razões de sua descrença. Contentam-se com o simples “não há evidências”, que já citei acima.

Embora para a maioria esse debate esteja superado e seja improdutivo, alguns, como Richard Dawkins, por exemplo, para citar o mais famoso hoje em dia, levam a sério essa discussão tanto em nome da busca verdade quanto do perigo que ele considera que as religiões representam para a convivência humana. Sem dúvida, muitas críticas que ele apresenta são absolutamente pertinentes, tanto as críticas quanto aos comportamentos religiosos marcados pela intolerância, quanto aos esforços apologeticos que adotam argumentos pouco consistentes para defender a existência de Deus.

Além disso, Dawkins entra no antigo debate filosófico-teológico sobre as provas da existência de Deus, e faz isso com uma postura irônica, zombeteira, às vezes dando a impressão de dizer: “como é que as pessoas levavam isso a sério? Como não perceberam que esse argumento é tão fraquinho? Nós, que somos cientistas e inteligentes, sabemos que isso é besteira”.

Por isso, embora não seja um filósofo ou teólogo, acho que convém revisar um pouco esses argumentos que, afinal, me ajudaram a admitir a existência de Deus na juventude. Talvez, eles não sejam tão “fraquinhos” assim.



## OS ARGUMENTOS SOBRE DEUS

### 1 – Argumento ontológico

E também chamado de argumento de Santo Anselmo (1033 a 1109) e adotado/adaptado/refeito por Descartes (1596 a 1650).

Afirma que do próprio conceito de Deus pode-se deduzir a existência de Deus. Em síntese é o seguinte: a ideia de Deus implica a ideia de um ser dotado de toda a perfeição; a perfeição primeira é existir; portanto, da própria ideia de Deus se pode concluir que ele necessariamente existe.

Essa forma que apresentei acima é a que tem sido usada geralmente por vários pensadores. Na verdade, Anselmo não emprega a expressão “perfeição”, é Descartes que a utiliza durante o desenvolvimento de seu raciocínio a partir do “penso, logo existo”.

É bom esclarecer que Anselmo não era o que se chama filosoficamente de idealista, ou seja, pensadores para os quais a Ideia é a base da Verdade. De fato, pelo contrário, ele foi um dos que abandonou o idealismo platônico que, até então, predominava na Igreja, introduzindo o realismo aristotélico (depois definitivamente assumido na filosofia e teologia católicas a partir de Tomás de Aquino). Portanto, seu argumento não é de tipo idealista, pois Anselmo não trabalha com o pressuposto de “ideia inata”, que encontraremos em Descartes e seguidores. Entretanto, seu argumento no *PROSLOGION* é de caráter apriorístico, pois, como Descartes, sua lógica interna dispensa o concurso da experiência sensível.

Aliás, é bom esclarecer que Anselmo escreveu outra obra – *MONOLOGION* – em que ele demonstra a necessidade de um ser supremo a partir das coisas existentes.

Isso posto, vamos resumir o argumento.

Anselmo diz que todos têm em seu intelecto a ideia de um ser maior: “maior em relação ao qual nada maior pode ser concebido”. Reparem que ele não fala “o maior de todos os existentes”, pois seria fácil negar que esse ser maior que todos fosse necessário, quer dizer, tivesse uma existência necessária, pois se os outros (que são contingentes) não existissem, o maior que todos não existiria. Entretanto, ao conceber o maior ser pensável, para eliminá-lo seria necessário eliminar todas as possibilidades do pensamento, ou seja, seria impossível pensar, considerando que pensar constitui uma ordem de possibilidades constituintes que implica num supremo pensável, donde negar este supremo pensável é negar essa ordem de possibilidades e, portanto, a possibilidade de pensar. Isso seria absurdo. Por essa razão, ele cita o Salmo 14<sup>1</sup> (ou 53, que é uma cópia do 14): “Diz o néscio em seu coração: Deus não existe.” Há traduções que usam “insensato” ou termos parecidos no lugar de “néscio”. Em latim, a tradução é “*insipiens*” que, literalmente, quer dizer “não-sábio” (“insipiente” existe em português também, mas muito pouco usado atualmente). Então, acho que poderíamos entender que, segundo Anselmo, dizer que Deus não existe é coisa de quem não pensa, já que a própria ordem do pensar impõe a existência de um ente “maior em relação ao qual nada

---

<sup>1</sup> Registre-se que a palavra hebraica “napal” (néscio) tem uma conotação mais moral. O insensato seria aquele que não tem consciência moral. O próprio contexto do salmo aponta nessa direção. No versículo 4 diz: “Acaso, não entendem todos os obreiros da iniquidade, que devoram o meu povo, como quem come pão, que não invocam o SENHOR?” (Tradução de João Ferreira de Almeida). Entretanto, Anselmo lida apenas com o texto latino que usa o termo “*insipiens*”.

pode ser concebido”. Vejamos o que diz Anselmo (o que está entre parênteses são esclarecimentos que achei conveniente acrescentar):

“... mesmo o néscio pode ser convencido de que aquele ser em relação ao qual nada maior pode ser concebido existe em seu intelecto (mesmo não sabendo se esse ser existe objetivamente);”

“Portanto, se existe no intelecto aquele ser em relação ao qual nada maior pode ser concebido, ele pode ser pensado como existindo objetivamente”.

“Se aquele ser em relação ao qual nada maior pode ser concebido existir só no intelecto, ele mesmo não pode ser pensado como aquele ser em relação ao qual nada maior pode ser concebido, pois algo maior que ele pode ser concebido (ou seja, o ser que existe na realidade será maior que o ser que existe em pensamento). Mas certamente isso não pode acontecer (pois, neste caso, o ser em que eu pensava não seria o aquele ser em relação ao qual nada maior pode ser concebido).

Com esses argumentos, Anselmo chega à conclusão de que é, pela lógica intrínseca aos conceitos em si mesmos, necessário afirmar a existência de um ser supremo: “Portanto, sem dúvida, o ser em relação ao qual nada maior pode ser concebido existe no intelecto e na realidade”.

Como se vê, ele vincula e articula a necessidade do ser supremo com a própria ordem do pensar, deduzindo que a existência divina é necessária por uma questão de lógica. De qualquer modo, convém destacar que o ponto de partida de Anselmo é a própria fé, que ele tenta consolidar com seu raciocínio.

Em nosso tempo, esses argumentos soam estranhos tanto pela forma de desenvolvimento do raciocínio quanto porque já pressupõem a fé. Entretanto, creio que ele põe em relevo a questão importância da racionalidade da fé em Deus.

Descartes, por sua vez, no seu esforço de defender que tudo deve ser demonstrado pela Razão, desenvolve seu argumento em outra linha. No *Discurso sobre o método*, colocando em dúvida todas as verdades admitidas até então (que passou a ser conhecido como “dúvida metódica”), chega à certeza clara e distinta: *Penso, logo existo*. Como é sabido, clareza e distinção serão os critérios que ele considerará como essenciais para a construção do saber, da ciência, uma ciência fundada na Razão, não mais no argumento de autoridade ou em dogmas.

Descartes desenvolve o seguinte raciocínio (coloquei entre parênteses explicações para facilitar o entendimento do texto em alguns momentos que poderiam não estar muito claros):

Em seguida, refletindo sobre o fato de que eu mesmo duvidava e que, por conseguinte, meu ser não era completamente perfeito, pois reconhecia claramente que conhecer é maior perfeição do que duvidar, ocorreu-me procurar de onde eu aprendera a pensar em uma coisa mais perfeita que eu; e soube, com evidência, que devia ser de alguma natureza que fosse, efetivamente, mais perfeita.

Como os outros seres que ele tinha em seu pensamento (a existência deles ainda estava em suspenso pela dúvida), não demonstravam ser mais perfeitos que ele, pois esses seres, se verdadeiros seriam dependentes de sua natureza, “*na medida em que*

*ela tem alguma perfeição; e que, se não o fossem (quer dizer: se não fossem verdadeiros), eu os tirava do nada, isto é, eles estavam em mim porque eu tinha falhas”.*

Então, conclui Descartes:

Mas isso não podia ocorrer com a ideia de um ser mais perfeito que o meu, pois tirá-lo do nada era algo claramente impossível. E, como não repugna menos (quer dizer: não é menos absurdo) que o mais perfeito seja uma consequência e uma dependência do menos perfeito do que do nada proceda alguma coisa, tampouco não podia tirá-la de mim mesmo. De modo que ela só podia ter sido inculcada em mim por uma natureza que fosse verdadeiramente mais perfeita do que eu, e que até tivesse em si todas as perfeições de que eu poderia ter alguma ideia, isto é, para explicar-me numa só palavra, que fosse Deus.

Enfim, Descartes chega, por um caminho de puro raciocínio à conclusão da existência de Deus. Essa forma de argumento é considerada *a priori*, pois dispensa a existência dos outros seres (que Descartes havia posto em suspenso). Em síntese, portanto, o raciocínio é: mesmo que outros seres não existam, com certeza eu existo e é evidente que não sou perfeito. Mas de onde poderia vir a mim a ideia de perfeição, a não ser que um ser perfeito a tenha colocado dentro de mim. Portanto, além de mim, é evidente que deve existir um ser que seja perfeito e, como tal, dotado de todos os atributos que se sabem como necessários à perfeição. Como se vê, apesar da proximidade quanto ao fato de dispensarem os dados da realidade externa, os argumentos de Anselmo e Descartes têm diferenças importantes, mas não pretendo aqui dissecar esses argumentos.

Parece-me que eles têm uma lógica interna que merece ser respeitada e não é tão simples. Às vezes, vejo refutações a ele do tipo: “o fato de imaginar um mundo perfeito não quer dizer que ele exista”. Com certeza, quem disse isso não captou que esse argumento está lidando com raiz da própria ontologia, ou seja, com a própria busca do entendimento do Ser enquanto Ser e as categorias de necessidade e contingência do Ser.

Dawkins, citando alguém, levanta uma questão que achei curiosa, que seria mais ou menos essa (perdoem-me não citar literalmente): e quem garante que ser é melhor que não ser? Parece-me que a lógica subjacente ao argumento não foi entendida. (Nem comentarei a baixa estima que há por trás disso, embora esse não me pareça o caso dele).

Cabe registrar que esse argumento tem sido rejeitado pela maioria dos teólogos, sobretudo os que foram influenciados por Tomás de Aquino (1225 a 1274).

## **2 – Argumento cosmológico**

Obviamente, este argumento, diferente do ontológico, parte da observação da realidade, da experiência que se tem do mundo. Essa experiência mostra que tudo que há no mundo é contingente, quer dizer: pode deixar de existir, pode desaparecer, pode morrer. Ou como simplificou Voltaire: “Entende-se por contingente o que pode ser e o

que pode não ser” (p. 219). Em outras palavras ou dizendo de forma inversa: esse ser do mundo não é necessário.

Tomás de Aquino apresentou esse argumento na forma das famosas “cinco vias”. As três primeiras vias são as que, usualmente, são chamadas de “argumento cosmológico” e se baseiam, essencialmente, no pensamento aristotélico:

1ª via: A existência movimento: tudo que se move é movido por outra coisa, como o Universo está em movimento, algo diferente dele deu origem a esse movimento. Esse motor que dá origem a todo o movimento não pode ser movido por outro, pois isso implicaria num círculo vicioso, o que seria logicamente absurdo.

2ª via: O princípio da causalidade: toda causa é também causada. Como não é possível uma causalidade infinita, haverá uma causa primeira que tem que ser causa de si mesma.

3ª via: A contingência do Universo: tudo o que vemos poderia não existir, pois nada é necessário em si mesmo, ou seja em algum momento não existiu. Isso significa que, se não houvesse um ser cuja existência fosse necessária, nada existiria, “pois o que não existe não começa a existir a não ser por algo que existe” (Summa Theologica I q2 a3) Portanto, em última instância, todos os seres do Universo dependem que um ser cuja existência seja necessária por si mesma.

Então, essas três vias podem-se resumir da seguinte forma: como o Universo (a Natureza, como diziam) não subsiste por si mesmo, teve um início. Para que o Universo começasse a existir seria necessário um ser anterior e maior que ele que lhe desse a existência. Este ser teria que existir por si mesmo, sem causa anterior ou externa a ele, pois se não haveria um processo de causalidade infinita, o que é logicamente absurdo e empiricamente impossível.

A quarta via tem um caráter mais platônico, aproximando-se do argumento ontológico, embora, em Tomás de Aquino, ela seja construída a partir da observação da realidade.

4ª via: A graduação das coisas: “observa-se que nas coisas há algo mais e menos bom, verdadeiro, nobre; e assim por diante” (id.). Ora esse reconhecimento da existência de graus entre os seres só é possível em relação a algo máximo, “assim como o mais quente é o que mais se aproxima do maximamente quente” (ib.). Assim também existirá um ser que sendo o máximo enquanto ser é o fundamento de todos os demais seres que, de algum modo, participam de sua perfeição.

A quinta via é o que se chama de argumento teleológico que tem sua origem sobretudo em Cícero e Sêneca. É o seguinte:

5ª via: A ordem do mundo: Tomás, na verdade, usa a expressão “ex gubernatione rerum” que significa “a partir do governo das coisas”, hoje diríamos “governança”. O raciocínio é o seguinte: observa-se que mesmo os seres sem consciência agem em vista de um fim, “o que se manifesta pelo fato de que sempre ou frequentemente agem de tal modo a fim de conseguir o que é o melhor, donde fica patente que alcançam seu objetivo não por acaso, mas intencionalmente. Porém, como não têm consciência, não podem tender a um objetivo se não dirigidos por algo consciente e inteligente” (ib.). Portanto deve haver um ser inteligente que estabeleceu as leis que regem esse Universo e que estabeleceu as finalidades dos seres. (Conversaremos mais sobre esse argumento adiante).

Apresentei os cinco argumentos de Tomás de Aquino, mas lembro que aqui nosso centro é o argumento cosmológico.

Kant (e depois outros seguiram aproximadamente na mesma linha) não admitia esse tipo de argumentação, pois remete para um tipo de causalidade que não se poderia comprovar empiricamente. Lembremos que Kant tem uma visão dicotômica da realidade. Para ele, os seres têm uma **realidade em si, que ele chama de númeno**, e uma **aparência, que ele chama de fenômeno**. Nada se pode saber do númeno, só se pode conhecer o fenômeno. Assim, não se pode aplicar o princípio de causalidade ao númeno, ou seja, ao ser em si mesmo. Por isso, ele acha que o argumento cosmológico não tem validade, pois estaria utilizando a causalidade para uma realidade numênica. Por outro lado, Kant viu o argumento cosmológico como uma variante do argumento ontológico, portanto, negando um deveria negar o outro. (Aliás, vários estudiosos já analisaram essa “confusão” kantiana, questionando sua validade).

Além do questionamento de Kant acima, encontramos mais alguns questionamentos a esse argumento.

Há, por exemplo, quem diga que nem todas as coisas têm causa, que há eventos que ocorrem sem causa alguma. Não sei como entender isso. Na verdade, admitir que haja eventos ou realidades que possam surgir sem causa parece-me negar a própria possibilidade da ciência. Evidentemente, podemos não saber o que causou determinado evento, mas isso não significa que ele tenha sido sem causa.

Na Teoria Quântica, surgiu o debate sobre a validade do princípio de causalidade para os processos microfísicos, considerando que não se pode aplicar aos eventos microfísicos o mesmo procedimento determinístico que se aplica aos fenômenos estudados pela Ciência tradicional. Assim, na esfera quântica só seria possível trabalhar com probabilidades, o que, a meu ver, não exclui a existência de uma causa, apenas indica nossa incapacidade de determinar e prever com precisão como se dá a relação causa-efeito.

Outro questionamento é o seguinte: se tudo tem uma causa, então também o ser que é chamado de causa primeira deve ter tido uma causa, portanto este ser incausado não existe. Em alguns momentos, o próprio Dawkins levanta esse tipo de questionamento. Parece-me que não foi captado o xis da questão, que é exatamente o absurdo lógico de uma causalidade infinita. Os filósofos que têm adotado o argumento cosmológico lidam com dois princípios: 1º) na Natureza tudo tem uma causa e 2º) é absurda a ocorrência de uma causalidade infinita. Por essa razão, ou se admite que o Universo é eterno (e, portanto, causa de si mesmo, ou seja incausado) ou que o Ser que teria dado origem ao Universo tem que ser incausado.

### **3 – Argumento teleológico**

Apresentamos acima o argumento teleológico (quinta via) de Tomás de Aquino.

Essa noção de que tudo tem uma finalidade corresponde ao que Aristóteles e os escolásticos designavam como “causa final”.

Permitam-me citar, mais uma vez, Voltaire, aquele feroz e sarcástico crítico da religião, mas que era teísta: “Quanto a mim, só vejo na natureza, como nas artes, causas finais... “(Id.).

Esse argumento consiste em que, observando a Natureza, principalmente os seres vivos, percebem-se os indícios de um projeto, de um plano, de um *design* (como se diz hoje em dia, ou como se dizia antigamente: da “finalidade das criaturas”). Então,

se há um projeto em desenvolvimento no Universo, haverá um Ser que seja o responsável por ele: Deus. O núcleo desse argumento é o reconhecimento, a partir da experiência, de que todas as coisas têm uma finalidade.

Kant também recusou esse argumento como válido para se deduzir a existência de Deus, mas era muito impressionado com a finalidade interna dos seres. Por isso chega a admitir a possibilidade de um “arquiteto do universo”. Entretanto, para Kant, este “arquiteto” não pode ser simplesmente identificado com Deus (o que seria então esse arquiteto?)

Evidentemente, contra esse argumento estão todos os que entendem que tudo no Universo é resultado do acaso, de combinações físico-químicas aleatórias que, em ensaios e erros, durante milhões de anos foi constituindo organismos cada vez mais aptos para sobreviver.

Como disse acima, atualmente os defensores desse tipo de argumento, utilizam a categoria de “*design* inteligente”, para demonstrar que o acaso não poderia produzir seres tão sofisticados quanto os que encontramos na natureza. Além do próprio ser humano, esses pensadores gostam de ilustrar sua argumentação com exemplos de seres vivos ou mesmo simples órgãos cuja estrutura seja extremamente complexa, o que comprovaria a impossibilidade de que tal ser ou órgão tenha sido resultado de combinações casuais.

Os ateus contra-argumentam com a afirmação de que essas estruturas sofisticadas são fruto de um processo que durou milhões de anos em que as combinações inadequadas desaparecem e as competentes sobrevivem possibilitando um constante e lento processo de evolução das espécies. Portanto, não há projeto, há um processo longo e lento de combinações (ou, como dizem os cientistas, um “acúmulo”) que levam à melhor adaptação do organismo ao meio ambiente. Na verdade, no entendimento dos biólogos e estudiosos da evolução, esse processo não é aleatório, pois consiste na busca natural da melhor forma para que o ser vivo se adapte e sobreviva. Assim, não é o acaso a causa da constituição dos seres complexos, mas a seleção natural.

Hoje é consensual que a evolução relaciona-se com a seleção natural, enquanto um ajuste do organismo às exigências para sua sobrevivência, mas há também mutações genéticas que seriam inesperadas e que podem gerar um ser mais ou menos competente. Tal mutação pode ocorrer por algum “defeito” ou “falha” na reprodução dos genes que pode ocorrer por vários fatores, inclusive externos (como uma radiação). Se essa mutação criar um ser menos competente, será eliminado. Se mais competente, poderá ter mais êxito que seus ancestrais.

Por isso é que, de modo geral, percebe-se uma complexificação crescente nos seres vivos: os novos organismos mais complexos, mais competentes são os que conseguiram sobreviver. Supõe-se que os “erros” desaparecem rapidamente.

Com a espécie humana, por exemplo, pode ter acontecido algo semelhante: em determinado momento, além da adaptação ao meio ambiente, terá havido uma mutação genética radical que produziu um ser que se distinguiu significativamente de seus ancestrais.

Embora os cientistas (nem todos talvez) se recusem admitir que esse processo seja casual, não há como não reconhecer que há sim elementos casuais que favorecem o desenvolvimento de alguns grupos e a extinção de outros. Sobretudo quanto ao surgimento de novas espécies, parece-me difícil adotar simplesmente o princípio da

seleção natural. Em tese, parece-me que a seleção natural favoreceria apenas a sobrevivência dos mais aptos (mais fortes, mais adaptados) de determinada espécie. Se houver mutação realmente significativa que represente o surgimento de uma nova espécie, esta só sobreviverá se conseguir se adaptar ao meio ambiente. Contudo, seu surgimento sem dúvida representou algo mais do que simples evolução por seleção natural.

Quanto à questão da intervenção divina, parece que alguns teístas supõem que ela seja imediata ou direta (nem sei que palavra usar aqui). Ou seja, eles pensam que, em determinados momentos, Deus interfere no processo de forma direta, quando quer criar algo especial. Alguns ateus usam essa hipótese para contestar a necessidade de um Deus criador, pois, de uma forma ou de outra, algum processo natural poderá explicar o surgimento desses organismos, dispensando qualquer explicação criacionista.

Essa intervenção direta de Deus não é, na verdade, necessária. A criação original é sua ação decisiva. No ato de criar o Universo, já estariam implicadas todas as leis e processos que regem o Universo. Na quinta via de Tomás de Aquino (que, obviamente, não tinha noção de evolucionismo e de qualquer dessas teorias contemporâneas), o pressuposto parece ser exatamente o de que o Universo possui uma ordenação que lhe foi pré-estabelecida pelo criador e que essa ordenação é que faz com que as coisas caminhem para um fim. Em sua concepção medieval, esse fim tinha uma dimensão mais limitada, mas não há por que não lhe dar uma conotação mais abrangente e totalizadora.

Aliás, faz sucesso entre os ateus a piada de Woody Allen de que, se Deus existisse, não é que ele seria mau, mas um tremendo desperdício de talento. Dawkins associa essa piada àquela ideia do “*deus otiosus*” (deus ocioso). Em algumas religiões, há a ideia de um deus criador que se afasta da criação e delega sua continuidade a outros deuses secundários – seria um tipo de deus ocioso. No deísmo, é a concepção de que existe um Deus, mas que ele não tem nada a ver com o mundo. Dawkins usa essa expressão, insinuando que se trata de um deus preguiçoso, para ironizar a fé dos crentes que defendem a tese de que Deus realiza a criação não intervindo a todo momento, mas através do próprio processo natural.

O interessante é que o próprio texto bíblico (Gen 2,4), no fim do Poema da Criação (Gen 1,1-2,4), diz que Deus descansou. Sabemos que esse texto de origem sacerdotal tinha, entre outras, a intenção de valorizar o “*shabat*”, induzindo os judeus a respeitarem esse dia sagrado. Porém, além disso, esse “*shabat*” divino quer indicar que a ação criadora é definitiva, decisiva, Deus não vai mais ficar intervindo para criar mais coisas ou corrigir a criação. Em outras palavras, o Universo está pronto para iniciar seu processo. (Evidentemente, muito mais coisas podem ser ditas a partir desse ponto, mas não vamos entrar em os detalhes exegéticos e teológicos que transbordam daí. Lembro apenas que Jesus, em contraponto, disse: “Meu Pai continua trabalhando até agora...” (Jo 5,16).

Por outro lado, essa tentativa de ser engraçado com a “ociosidade” de Deus revela que, de fato, não se captou o que implica o conceito DEUS. Se houvessem percebido o sentido desse conceito, teriam entendido que não há “trabalho” que ocupe o “tempo” de Deus, ou seja, por mais que ele “trabalhe”, haverá uma eternidade de ócio... E não resisto à tentação de fazer uma pequena provocação: caso típico do “*insipiens*” do velho Anselmo.

Perdoem-me, mas não resisto a mais uma digressão.... Como sabem, para os gregos, o ócio é que possibilitava a sabedoria (“*sofia*”); os amantes da sabedoria (“filósofos”) precisavam de tempo livre para poder pensar... Um Deus Ocioso.... Eterna Sabedoria... ???

Voltemos ao ponto.

Há uma coisa que é muito utilizada pelos defensores dessa forma de intervenção divina na criação: a origem da vida. Até o presente, a Ciência não conseguiu explicar devidamente e, principalmente, não conseguiu reproduzir em laboratório como um conjunto de matéria inanimada pode se tornar um ser vivo.

Penso eu que é possível imaginar que, num determinado momento, um certo conjunto de matéria inanimada recebe uma descarga de um certo tipo de raio e essa descarga gera um ser de base carbônica que começa a pulsar... surge a vida.

Não me parece, então, impossível que, algum dia, a Ciência consiga descobrir que elementos eram aqueles que se encontravam juntos e qual a potência e tipo de raio que fez surgir a vida.

Uma parcela dos defensores do Deus Criador não admite essa possibilidade. Aqueles que gostam de explorar as lacunas de Ciência para fortalecer seus argumentos em prol de Deus não acham isso possível.

Os cientistas ateus torcem para que isso aconteça para derrubar a última grande linha de defesa dos criacionistas partidários da teoria do *design*.

Pessoalmente, não vejo em que isso faria diferença como prova para a existência ou inexistência de Deus. Na verdade, acredito que a Ciência conseguirá reproduzir em laboratório esse evento: como sempre, é apenas uma questão de ter os meios apropriados e a teoria correta (ou, quem sabe, um pouquinho de sorte? – olha o acaso aí, gente!).

Aliás, quanto a essa questão, recordo que, no tempo do Iluminismo, alguns defensores da geração espontânea usavam essa teoria para confirmar suas teses ateístas. Voltaire combate e ridiculariza (como era seu hábito) essa tese da geração espontânea.

Concluindo:

Após essas reflexões, creio que o fato de a vida ter evoluído segundo o princípio da seleção natural não demonstra que não haja um Deus. Ele poderia perfeitamente ter criado o Universo segundo leis que garantam tanto a sobrevivência dos mais aptos quanto a evolução das espécies. Nesse sentido, acho que a quinta via tomista (“*ex gubernatione*”) faz sentido.

Também não entendo que seja necessário que esse Deus tenha que intervir a cada momento para criar determinados seres ou mesmo o ser humano, pois as possibilidades e condições para o surgimento dos seres já estão inscritas no próprio processo da Natureza ou (permitam-me esta liberdade epistêmica) já estaria no “DNA do Mundo”. Assim, a teoria do *design* inteligente pode ter algum sentido sem a necessidade de ficar forçando para incluir a intervenção divina na criação de determinados organismos complexos ou buscar lacunas científicas para comprovar a necessidade de um projetista onipotente. O fato é que sempre haverá algo a explicar, algo que o ser humano ainda não terá sido capaz de entender, e isso mostra apenas a limitação humana, não a necessidade de um interventor sobrenatural. E cito aqui aquele velho pensador que desconfiava da vaidade humana: “Tudo isso examinei com método, pensando chegar a ser sábio, mas fiquei muito longe. O que existe é remoto e muito



obsuro: quem o averiguará?” (Ecl 7,23s, tradução: Bíblia do Peregrino, Paulus, 2006, 2ª).

### 3 – Argumento ético

Outro tipo de argumento relaciona-se com a questão da própria existência de uma consciência ética no ser humano: se o homem é apenas um animal, determinado pelos instintos de sobrevivência e reprodução, de onde teria surgido a noção de Bem e Mal em sua mente?

Kant (mais uma vez ele, mas justifico: ele foi o portal que abriu as grandes questões da modernidade) que negara os argumentos ontológico e cosmológico, chega à necessidade da existência de um ser supremo, em **Crítica da Razão Prática**, obra em que ele trata da moralidade. Ao final dessa obra, ele apresenta a necessidade desse ser não como uma consequência lógica, mas como um postulado, pois era preciso que houvesse um ser que recompensasse aqueles que houvessem vivido corretamente.

Na verdade, ele chama de “postulado” pois não podendo ser comprovado pela Razão Teórica, pode ser pressuposto como verdadeiro, como exigência da Razão Prática.

Há três postulados que se impõem pela Razão Prática: a liberdade, a imortalidade da alma e a existência de Deus. Como já dissemos, a existência de Deus seria necessária para garantir a recompensa do homem.

Tentemos resumir, em termos mais simples, dividindo em tópicos, a lógica de Kant para chegar ao postulado da existência de Deus:

1º) O sumo bem, que o homem sempre busca, consiste na união entre virtude e felicidade. “... assim como os princípios morais são necessários segundo a razão em seu uso prático, assim também é necessário supor, segundo a razão em seu uso teórico, que todos têm motivos para esperar a felicidade na mesma medida em que dela se tornarem dignos com seu comportamento e que, portanto, o sistema da moralidade está indissociavelmente ligado, se bem que só na ideia da razão pura, ao da felicidade” (B 480).

Então, embora a virtude seja o bem em si mesmo, o sumo bem é a conjunção da virtude com a felicidade e é a este sumo bem que o ser humano aspira. Entretanto, não há nenhuma conexão entre virtude e felicidade, ou seja, uma pessoa pode ser virtuosa e infeliz. Kant chama a isso de “antinomia da razão prática”.

2º) Considerando que o homem é limitado, não conseguirá alcançar a plenitude da virtude, quer dizer, não conseguirá estar completamente conforme aos ditames morais, que ele chama de “santidade”. Isso implica na necessidade da imortalidade da alma, que possibilitaria seu crescimento permanente rumo à santidade. Nas palavras dele: “visto que ainda assim ela [a conformidade plena com os ditames morais] é necessariamente requerida como prática, ela somente pode ser encontrada em um progresso que avança ao infinito em direção àquela conformidade plena”. Mais explícito ainda: “somente é possível sob a pressuposição de uma existência e personalidade do mesmo ente racional perdurável ao infinito (a qual se chama imortalidade da alma)”.

3º) Como, neste mundo, não conseguimos alcançar o sumo bem, embora a própria Razão nos imponha sua busca, deve a alma ser imortal (como vimos acima) e deve existir um Ser que recompense aquele que vive moralmente, pois seria absurdo que a Lei Moral obrigasse o ser humano a fazer algo impossível.

Então, a existência de Deus é uma hipótese altamente provável para garantir que os justos sejam recompensados na eternidade.

“Logo o sumo bem só é possível no mundo na medida em que for admitida uma causa suprema da natureza que contenha uma causalidade adequada à disposição moral (CRPr 225)”.

Esse é o raciocínio de Kant. Ele não o chama de argumento, mas de postulado, como dissemos acima. Seria, com certeza, um dos piores argumentos que já se apresentou para a existência de Deus.

A propósito, não posso deixar de registrar aqui que Heine, em sua “História da Religião e da Filosofia na Alemanha”, afirma que essa obra de Kant é uma farsa (isso mesmo! – acusa Kant de farsante) e que Kant teria escrito isso por “pena” do povo que ficaria perdido sem um deus.

De qualquer modo, Kant cria de verdade na existência de Deus, mas entendia que não temos deveres especiais para com Deus (orar, agradecer, adorar etc.) e que a prática da religião deve consistir apenas no cumprimento das leis morais.

Introduzimos este tópico falando de Kant em razão de sua importância geral na crítica aos argumentos sobre a existência divina e para entendermos de que forma ele vinculou a existência de Deus com a moral.

Contudo, há argumentos sobre a existência de Deus que partem da questão moral, mas que são de outro tipo, como veremos a seguir.

Em primeiro lugar, convém refletir sobre a própria questão moral em si.

Tanto o termo “moral” quanto “ética” têm origem, em suas línguas originais, do conceito de “costume” (“*mos*”, latim; “*éthos*”, grego). Com o tempo, nas línguas derivadas do latim, a palavra “moral” passou a ter um conotação mais religiosa e o termo “ética” uma conotação mais filosófica. Aqui, não vamos nos preocupar com isso, usaremos as duas indiferentemente, sem conotação religiosa, apenas nos referindo à questão moral/ética em geral.

A mentalidade dominante no Ocidente, como se percebe pelos meios de comunicação e que é defendida por pensadores chamados (genericamente) de pós-modernos (e não vamos entrar nos detalhes desse conceito) é marcada por um relativismo moral generalizado. Assim, as pessoas que se consideram “modernas”, “antenadas”, “progressistas” costumam adotar essa postura relativista. (Não esqueçamos, contudo, essa grande massa de pessoas que continua firme na sua concepção moral tradicional).

Na verdade, essa questão não é nova. Desde a Antiguidade, encontramos filósofos que defendem o relativismo moral.

O principal argumento dessa posição é a percepção de que, ao longo da História, a moralidade humana tem se modificado e de que cada cultura possui valores morais diferentes.

Não preciso descer a muitas explicações sobre isso. Dois exemplos são suficientes. A escravidão, por exemplo, foi perfeitamente aceitável durante séculos. Outro exemplo: em muitas culturas, é absolutamente normal que o homem possa bater na mulher. Podem imaginar exemplos aos milhares.

Casos desse tipo servem para indicar o relativismo moral.

Na linha do darwinismo, vários pensadores entendem que a moralidade surgiu em razão da necessidade de sobrevivência da espécie, ou seja, os comportamentos que favoreciam a sobrevivência do indivíduo e do grupo (um dependendo do outro) eram

preservados e transmitidos às novas gerações. Assim, o amor ao semelhante, a ajuda aos membros mais fracos do grupo etc. foram construídos como valores “morais”. Nem abordo aqui a questão do amor maternal e similares, pois, esse tipo de manifestação é considerada pelos darwinistas como puramente instintiva.

Acho que vale a pena citar aqui alguns trechos do livro de Dawkins que esclarecem como se entende o estabelecimento da moralidade no ser humano a partir do princípio da seleção natural.

Numa comparação com o comportamento dos rouxinóis-dos-caniços que criam os filhotes de cucos, ele pergunta: *“Não é possível que nossos impulsos de Bom Samaritano sejam erros, análogos ao equívoco dos instintos paternos de um rouxinol-dos-caniços que se esforça para alimentar um jovem cuco?”* (p. 287).

Um pouquinho mais à frente ele esclarece melhor:

A seleção natural, nos tempos ancestrais, quando vivíamos em bandos pequenos e estáveis como o dos babuínos, programou impulsos altruístas em nosso cérebro, junto com os impulsos sexuais, impulsos de fome, impulsos xenofóbicos, e assim por diante. [...] Estou sugerindo que a mesma coisa aconteça com a bondade – o altruísmo, a generosidade, a empatia, a compaixão. Nos tempos ancestrais, nós tínhamos a oportunidade de ser altruístas em relação aos parentes próximos e potenciais replicadores. Hoje, essa restrição não existe mais, mas a regra geral persiste (p. 288).

Por fim, ele sintetiza sua tese:

A melhor maneira de a seleção natural imprimir os dois tipos de desejo [sexual e de ser generoso e piedoso] nos tempos ancestrais foi instalando regras gerais no cérebro. Essas regras ainda funcionam hoje em dia, mesmo quando as circunstâncias as tornam inadequadas a suas funções originais (p. 289).

Registre-se que Dawkins não é relativista e sua tese é de que não é necessário crer em Deus para agir moralmente. Aliás, com razão, ele critica aqueles que vinculam sua ética à existência de um Deus que pode recompensar ou punir. A seu ver (e assino embaixo), seria uma atitude puramente interesseira e não exatamente moral.

Mas há ainda uma confusão quanto ao argumento moral que pretendo apresentar.

Muitos religiosos acham que somente a fé em Deus garante uma autêntica moralidade, ou seja, que, se alguém não crê em Deus, não terá parâmetros morais realmente sólidos. Por outro lado, os ateus se defendem dizendo que não precisam crer em Deus para agir eticamente e que, portanto, Deus não é necessário.

Na verdade, a perspectiva do argumento moral não é essa.

O argumento moral consiste em afirmar que, se há em todos os seres humanos valores morais que são constantes e objetivos, é porque foram impressos em sua consciência por um legislador supremo, pois os princípios morais transcendem as leis biológicas.

Como vimos, o relativismo nega que haja valores morais constantes e objetivos, a partir dos exemplos que vimos acima. Entretanto, mesmo esses relativistas, baseados em seu relativismo, entendem que deve haver, por exemplo, tolerância com as

diferenças. Então, a tolerância não seria um valor moral objetivo, ou seja, algo que todos devem ter? É possível, então, que estejam falando sobre relativismo moral no que se refere ao modo de entender família (que evoluiu ao longo da história) ou à sexualidade, mas, sem dúvida, admitem que a tolerância, o respeito às diferenças culturais e ideológicas são valores que devem ser respeitados por todos. Então, mesmo para os relativistas, há valores morais que são (ou deveriam ser) universais.

Creio que essa reflexão nos mostra que todas as pessoas creem que há valores morais universais, que todos queremos que nossos princípios éticos sejam compartilhados por todos. Em outras palavras, acreditamos que a moralidade deve ter um caráter universal, que os princípios éticos devem, por sua própria natureza, ser válidos para todos, mesmo que, na prática, não sejam. Como aliás percebemos mesmo no valor da tolerância: nem sempre e, mesmo hoje, nem todos acham que a tolerância seja um valor em si mesmo. Quantas vezes, em nome da fé ou de determinada concepção moral se combateu e até exterminou os que pensavam diferente? Quantas vezes, religiosos ou neonazistas não acham correto agredir homossexuais?

O que estou querendo mostrar é que esse tipo de argumento sobre a contradição presente no relativismo não chega a demonstrar que haja valores absolutos, mas apenas que os seres humanos creem que deve haver valores absolutos. Entretanto, isso revela um aspecto importante da condição humana, pois essa crença mesma indica que há no homem uma tendência para ver a moralidade como algo transcendente, algo para além das contingências históricas ou culturais, mesmo que o ser humano não consiga superar suas limitações históricas e culturais. E essa tendência parece ser universal. Assim aquela formulação kantiana tão abstrata parece ter algum sentido aqui: age de tal modo que tua ação possa ser válida para todos – é o que a ideia de moral exige: que o meu comportamento se pautar por um valor que tenha um valor universal.

Entretanto, penso que é possível ir além disso. Não apenas os seres humanos creem que há valores universais, mas podemos falar que há valores que são universais e transculturais.

Parece-me que um dos valores mais fundamentais é o que se refere à verdade. Em primeiro lugar, olhando do ponto de vista do conhecimento, a espécie humana sempre esteve em busca da verdade, não apenas para resolver seus problemas de sobrevivência, mas também para atender a uma espécie de sede de conhecimento puro, da verdade enquanto verdade. Em segundo lugar, do ponto de vista do relacionamento interpessoal, a verdade é um bem que tem valor absoluto e a mentira é sempre considerada algo errado. Reparem bem que os seres humanos mentem e mentem pelas mais variadas razões: medo, conveniência, para levar vantagem, por prazer e até por compaixão. Todos conhecemos casos que ilustram todas essas situações. Contudo, por mais justificável que seja uma mentira, todos sentem que não é “legal” (naquele sentido que se usa como gíria no Brasil: não é bom) mentir. Posso imaginar uma sociedade em que o furto seja perfeitamente justificável em si mesmo, em que não se considere nada demais pegar algo que seja dos outros (lembrando aliás, o velho dito de que toda propriedade é um roubo), mas não há sociedade em que a mentira seja justificável em si mesma. O mentir implicará sempre uma justificativa atenuante. Será sempre algo do tipo: era preciso mentir naquela circunstância. Isso não quer dizer que não possa haver pessoas que passem a vida inteira mentindo e tornem a mentira conatural a seu caráter, mas sempre saberão que estão fazendo algo imoral. Mesmo quem mente por

compaixão, escondendo uma verdade que pode fazer o outro sofrer ou dizendo algo apenas para tornar o outro feliz, por exemplo, sabe que não deveria ser assim.

Aliás, recordei-me agora que Dawkins levanta a hipótese de “um mundo em que as pessoas mintam por princípio” (p. 302), mas ele mesmo, baseado em seus pressupostos, entende que “mentir não pode ser um princípio moral, porque o próprio princípio desmoralizaria, sem sentido”. A questão é evidente por si mesma: se todos mentissem, não haveria condições para uma convivência social, seria ruim até para o mentiroso ou, nas palavras do autor, “não posso desejar que todo mundo adote o parasitismo egoísta como princípio moral, no mínimo porque senão eu não teria ninguém para explorar”.

Entretanto, o fato é que essa lógica interesseira só pode se dar *a posteriori*, pois a verdade é estabelecida como valor em si mesma antes da mentira, que surge apenas como desvio moral, mesmo quando a espécie humana ainda não tinha construído qualquer teoria moral. Então, uma sociedade em que a mentira fosse um princípio moral é impossível, não apenas por uma questão de sobrevivência, mas porque a busca da verdade é algo intrínseco ao ser humano, apesar de todas as incoerências humanas.

Correlativa à verdade, a justiça se dá também como valor absoluto. A ideia ou sentimento de “justo” surge como algo conatural ao ser humano. Efetivamente, verdade e justiça são conceitos gêmeos. Mesmo que a humanidade tenha levado séculos para desenvolver social e juridicamente as diversas implicações e o alcance tão profundo a que chegamos hoje (mas ainda falta muito para chegarmos ao ideal) sobre o que se pode entender por justiça, o fato é que ela sempre esteve presente como um valor em todas as civilizações, talvez apenas como a sensação de que isso que estão fazendo comigo ou com o outro não é correto. As pessoas podem se acovardar, se omitir ou compactuar com uma injustiça, mas sabem que é uma injustiça, o que equivale a dizer que reconhecem que é algo contra a verdade. Evidentemente, ao longo dos séculos a Humanidade foi aperfeiçoando seu senso de justiça. Ou melhor, eu diria que esse senso foi ficando mais bem sintonizado com a consciência que o ser humano foi adquirindo sobre si mesmo e sobre a dignidade de todo ser humano.

Enfim, podemos inferir que a verdade é um valor absoluto, para além da seleção natural. Parece-me que não há como dizer que a verdade seja simples resultado da evolução biológica e da seleção natural. A verdade, como valor, está além do gene egoísta.

Acho que é por isso, por essa valoração absoluta da verdade, que se construíram na Moral os conceitos de Bem e de Mal, Bem enquanto busca de valores morais absolutos e Mal como sendo a negação desses valores.

Assim, ao longo da História, a humanidade foi, em meio a suas limitações e apesar delas, construindo uma civilização que progrediu não apenas tecnologicamente, mas também moralmente. Nessa caminhada, a humanidade foi se conhecendo melhor e ampliando sua percepção dos valores éticos. Se a necessidade de sobrevivência fazia com que os nossos ancestrais só reconhecessem como iguais os membros de seu grupo, a expansão dos contatos entre grupos os fez progressivamente ver que havia outros “semelhantes” e, entre a tendência de dominação e exploração do outro e o sentimento de solidariedade, foi sendo construída uma moral que avançou aos poucos – e com momentos de queda – em direção ao reconhecimento da igualdade fundamental entre os seres humanos. Lembremos que há muito pouco tempo é que, cientificamente, se confirmou que a diferença entre os grupos humanos não permite dizer que se tratem

de raças diferentes, como acontece em outras espécies, e foi usando essa falsa ideia de superioridade de umas raças sobre outras que se perpetrou tanta exploração e barbaridade no mundo.

De qualquer modo, sabemos que o homem não é naturalmente bom nem mau. Sabemos também que a simples evolução biológica ou os interesses do gene egoísta não conduzem a uma consciência de moralidade. Se podem levar a certos comportamentos de solidariedade grupal, não levam a um senso de compromisso moral mais abrangente. Aliás, conduzido apenas por seus instintos, o ser humano é um animal mais cruel que os outros, capaz de matar por prazer, de torturar, de violentar; é vingativo, é rancoroso, é egoísta etc. Portanto, não me parece que a evolução moral tenha ocorrido por causa do fato de que os impulsos altruístas primários se tornaram uma regra geral dentro do cérebro ou “que nossos impulsos de Bom Samaritano sejam erros, análogos ao equívoco dos instintos paternos de um rouxinol-dos-caniços”. Na verdade, não consigo enxergar como isso a que chamamos de Consciência Moral que nos dá um senso de que há um Bem que devemos buscar, para além de nossos interesses particulares ou grupais, para além de nossos instintos básicos, poderia ter origem apenas nos instintos básicos de sobrevivência.

Freud (e não precisamos lembrar Pascal e tantos outros pensadores que refletiram sobre a “natureza humana”) comenta:

[...] o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. (p. 57).

Por isso, para ele, a civilização é construída a partir dessa luta entre Eros e Thánatos – da busca do prazer e da tendência à agressividade. Assim, a consciência moral ou sentimento de culpa seria construída a partir do momento em que a autoridade externa (o pai, o pai primitivo) é internalizada, na forma de Super-eu, que não pode ser enganado e do qual não se pode fugir e refere-se, em primeira instância, ao controle da agressividade.

Não vamos entrar nessa complexa e discutível teoria freudiana, que apenas postula, em outra esfera linguística e teórica, o mesmo princípio de que a moralidade seria simples resultado da necessidade humana de buscar um mundo de felicidade e seguro. De fato, não acrescenta nada quanto à ideia de Bem e Mal e de Consciência Moral em seu sentido mais lato do que o de simples sentimento de culpa.

Assim sendo, a questão – “de onde veio a Consciência Moral no ser humano” – continua em aberto. Não se trata apenas do problema de “como surgiram certos comportamentos ou atitudes”, mas de algo mais amplo e mais geral: a da existência de uma “coisa” no homem que dá um sentido a suas atitudes.

A primeira explicação esperada é a de que se trata de uma construção cultural. Como um fenômeno tipicamente humano, ou seja, produto do desenvolvimento das relações dos seres humanos entre si e com o meio ambiente (como a agricultura, a arte,

a linguagem, a religião), esse fenômeno que chamamos de Consciência Moral seria mais um fenômeno da cultura. Entretanto, convém precisar os conceitos. Não estamos falando aqui do ato moral, ou seja, do que é considerado moral ou imoral em determinada sociedade. Estamos falando da consciência da moralidade. É bom ter isso em mente porque muitos culturalistas ao abordar o tema referem-se apenas ao ato moral, àquilo que é considerado certo ou errado em determinada cultura. Como já definimos anteriormente, a Consciência Moral é algo mais.

Dito isso, voltamos à pergunta: é possível pensar que a Consciência Moral se trata apenas de uma construção cultural, ou seja, essa Consciência seria produto de uma evolução da sociedade que criou esquemas mentais de “certo e errado” que nos acostumamos a entender como Consciência Moral?

Em primeiro lugar, a Consciência Moral pressupõe a Liberdade. Não entrarei em toda a longa discussão sobre essa relação entre Liberdade e Consciência, mas, do ponto de vista prático, o que interessa é que o ser humano está “condenado à liberdade” (como disse o velho Sartre). Isso quer dizer, basicamente, que nós é que escolhemos como seremos e que atitudes vamos tomar a cada momento de nossa vida. Somente se age moralmente quando se age livremente – e este é um princípio reconhecido universalmente. Isso significa que cada um de nós está sempre diante de escolhas que podem ter importâncias e consequências maiores ou menores em nossas vidas. Também a prática do Bem, nos impõe sempre escolhas, não basta o instinto gregário ou mesmo o instinto maternal para que auxiliemos nossos semelhantes ou cuidemos bem de nossos filhos. No dia a dia, podemos levar a vida fazendo as coisas certas sem maiores problemas, mas, em determinadas ocasiões, a nossa solidariedade ou paternidade/maternidade pode ser exigida. Nesse momento é que se percebe o valor da Consciência Moral: devo renunciar a algo para ajudar o outro, será que devo fazer isso mesmo? Outro nível é quando, para usar uma velha e conhecida palavra, surgem as “tentações”. Por exemplo, como tem sido denunciado ultimamente, vários políticos estão envolvidos em corrupção, tendo fraudado e roubado escandalosamente durante anos. Então, nos perguntamos: quando esses homens começaram a roubar? Não tinham Consciência Moral? Então, o que podemos supor é que, em algum momento, eles cruzaram a fronteira, talvez pensando em alguma justificativa do tipo “todo mundo rouba” ou “dinheiro público não tem dono”, a partir daí sua consciência vai se embotando a ponto de não mais sentir qualquer remorso. Aliás, isso me lembra o “*On the road*” (“Pé na estrada”, na tradução brasileira), de Kerouac, em que ele relata que, num daqueles períodos loucos de viagens pelo EUA, eles começam a roubar coisas de umas casas de veraneio que ficavam vazias. Então, ele comenta que, no começo, ficou um pouco constrangido, mas depois se tornou natural e conclui que “afinal, todo mundo é ladrão, se puder”. Conclusão curiosa. O fato, porém, é que mesmo que a consciência das pessoas se ajuste a esse comportamento, restará sempre aquela consciência que isso não pode ser certo, não pode ser justo, pois não pode ser um princípio universal, ou seja, é algo que não posso erigir em valor universal (eis o velho Kant) ou de forma mais simples não posso fazer isso pois não caberia no princípio: “faça aos outros o que você gostaria que fizesse para você” (Mt 7,12) ou na fórmula negativa de Confúcio (“não façam...”) – e aqui ainda estamos apenas na esfera do interesse egoísta, isto é, a moral está centrada no interesse recíproco.

Contudo, na verdade, sabemos, para além disso, há sim uma consciência que induz o homem ao bem gratuitamente. Naquelas ocasiões em que, quase

instintivamente (poderíamos dizer assim?), ajudamos alguém apenas porque vemos que ele precisa ou, se não ajudamos, ficamos com aquela pontazinha de remorso no coração, aquela sensação de “puxa-eu-podia-ter-ajudado”.

De qualquer modo, a ideia de Bem, no sentido de um valor positivo que é algo absoluto e universal, sempre esteve presente na Humanidade, mesmo que ao concretizar esse Bem, ele ganhe forma ou contornos diferentes e está sempre sujeito à evolução.

Permitam-me usar um exemplo a partir de um contexto bíblico.

Quando um fariseu pergunta a Jesus qual o maior mandamento, recebe como resposta: “Ama a Deus... e a teu próximo como a ti mesmo...”. O fariseu pergunta então: “Quem é meu próximo?”.

Essa é a questão chave. O sentimento de solidariedade, o compromisso de ajudar que possuímos vale até onde? Esse é o processo de evolução pelo qual a moral passa. Aliás, já que falamos de Freud, lembremos o que ele diz a respeito disso.

De fato, se esse grandioso mandamento dissesse: “Ama teu próximo assim como ele te ama”, eu não teria nada a objetar. Há um outro mandamento que me parece ainda mais incompreensível e me desperta uma oposição ainda mais forte. Ele diz: “Ama teus inimigos”. Mas, pensando bem, não é justo rejeitá-lo como uma impertinência ainda maior. No fundo é a mesma coisa (p.56).

Realmente, quando o ser humano poderia chegar a esse extremo que é absolutamente contrário a seus instintos? Mas todos sabem que esse é um ideal de bem supremo, para além da seleção natural e para além de Eros. Mesmo psicopatas, sociopatas, criminosos dos mais variados tipos serão capazes de saber que, para além, de suas pulsões mórbidas, existe um valor que é maior que o próprio ser humano, que chamamos de Bem. A Consciência Moral, como a defendo aqui, é essa consciência de que o Bem existe, independente do que cada cultura entenderá por Bem.

Sem dúvida, dirão que esse conceito então é muito abstrato. Concordo. Como o conceito de Verdade também é abstrato. Mas essa abstração é que revela a dimensão transcendental do ser humano. Mesmo imiscuído nas vicissitudes históricas, nas disputas pela sobrevivência ou pela dominação do outro; mesmo pressionado pelos impulsos de agressividade; mesmo enfronhado em seu egoísmo individualista ou tribal, o ser humano sabe que o Bem existe. E, de algum modo, ele sempre ansiará por encontrá-lo.

Aquela formulação radical do amor aos inimigos (não me consta que alguém tenha dito algo semelhante antes de Jesus) não apenas ultrapassa a dimensão instintual, mas até a contradiz. Entretanto, não se pode negar que aí encontramos a maior utopia da moral humana: a superação de si mesmo na prática de um bem que seja maior que seus impulsos. Na verdade, essa utopia só é possível porque há no ser humano algo que lhe diz que, para além de sua sobrevivência e de seu prazer, há uma Verdade e um Bem que valem por si mesmos. Mesmo que, na prática, as pessoas não consigam vivenciar o amor, a solidariedade, o perdão, elas sabem que esses são valores que devem ser universais.

Por fim, devo dizer que entendo que há sim uma evolução ética na humanidade. Ela consiste em um constante aprimoramento da consciência sobre o alcance do que é o Bem, na mesma medida em que compreendemos melhor o que é o próprio ser



humano e na medida em que reconhecemos nossa igualdade fundamental. Voltando ao mandamento do amor ao próximo, recordemos que a pergunta do fariseu era exatamente esta: “Quem é meu próximo”. E a resposta de Jesus, em forma de parábola, pode ser formulada assim: aproxime-se e vocês se tornarão próximos um do outro.

Estendi-me neste tópico mais do que previa, mas os temas foram se impondo por si mesmos.

O que quis dizer é que, as teorias culturalistas, genéticas, relativistas etc. não dão conta do fenômeno moral e, se eu puder utilizar uma palavra que anda execrada há muito tempo, eu diria que há no ser humano um senso **inato** de Verdade e de Bem, que é a base para a evolução ética da Humanidade.

Assim, a questão é: se é algo inato, como teria sido implantada a Consciência Moral no ser humano?

Se a tese desenvolvida até o momento está correta, primeiramente resta claro que o ser humano é algo mais que um animal, algo mais que um ser vivo dotado de um sistema neurológico mais complexo. O biológico e o psicológico podem explicar os elementos instintuais e psíquicos do comportamento humano, mas não dão conta dessa dimensão moral presente na espécie humana. Impõe-se, então, que se reconheça que há no ser humano uma dimensão além daquelas. Desde sempre, ela tem sido denominada como “espírito”. Somente reconhecendo essa dimensão espiritual pode-se entender a pessoa humana em sua totalidade e pode-se admitir que os valores morais tenham alguma validade objetiva e absoluta. De fato, genes egoístas, Eros ou qualquer coisa que se imagine não servem como fundamento sólido para se explicar a Consciência Moral como busca da Verdade e do Bem. Essa Consciência só pode ser explicada pelo fato de o homem ser espírito, assim como é corpo e psique.

A essa altura, o leitor perguntará: e o que tem isso a ver com a existência de Deus?

Se se admite que existe a moralidade humana e que é algo que não resulta de evolução biológica, psíquica ou cultural, deve-se admitir que isso só pode ter vindo de uma fonte que transcende a natureza, ou seja, um Ser Supremo incutiu no espírito humano esse sentido do Bem e da Verdade. Então, admitir que há valores morais que devem ser absolutos implica em reconhecer que um Absoluto dotou o homem dessa moralidade. É neste sentido, que o argumento moral aponta para a necessidade de um Ser Supremo.

## CONCLUSÃO 1: Deus o fundamento do ser.

### A questão do SER

Tentei até o momento mostrar a lógica interna dos argumentos que defendem a existência de Deus, mas sei perfeitamente (como disse no princípio) que isso não fará as pessoas mudarem de ideia. Quem crê que Deus não existe provavelmente continuará em sua posição e vice-versa.

Evidentemente, todos os argumentos terão seus limites, até porque eles foram construídos a partir de um determinado contexto social e cultural e, talvez, não entendamos vários pressupostos lógicos ou filosóficos que estão por trás deles.

Pessoalmente, acho que eles dão conta de demonstrar o que pretendiam demonstrar utilizando as categorias que podiam utilizar. Entretanto, minha certeza na existência de Deus se funda sobre um outro tipo de argumento que poderia ser também chamado de ontológico, não no mesmo sentido que Kant deu aos argumentos de Anselmo ou Descartes, mas no sentido de que lida com o ser enquanto tal.

É um argumento simples, curto e direto.

**Para que exista algum ente, é necessário que o ser tenha suficiente potência de ser que gere e sustente todos os entes. Ou seja, o ser tem que ser mais forte que o nada. Este ser seria o SER.**

**Então, o SER, além de eterno, é necessariamente onipotente e onipresente.**

**Por isso ele é o SER fundamento de todos os seres.**

Portanto, ele não é apenas mais um ente entre os entes, mesmo que o entendamos como mais poderoso, como criador etc. Esse parece ser um equívoco comum entre os crentes: o de ver Deus como o ente mais poderoso, absoluto, infinito etc. Assim o incluem na “escala dos entes”, como mais um ente, embora com qualidades ou características superiores. Evidentemente, nossa linguagem é limitada para falar de tal SER, por isso adotamos esses termos, entretanto, é preciso não esquecer que qualquer coisa que se diga do SER sempre será uma maneira imperfeita de falar do SER.

### A questão do ser e não-ser

O problema do ser e do não-ser é a questão chave da filosofia. Heidegger, que questionou a trajetória da Metafísica exatamente porque esta havia se limitado aos entes afastando-se da questão do ser, conclui a palestra *O que é metafísica* cobrando que esta “constantemente retorne à questão fundamental da metafísica que domina o próprio nada: Por que existe afinal ente e não antes Nada?” Na verdade, ele retomou a questão levantada anteriormente por Anselmo e Schelling, em contextos e com preocupações diferentes.

De fato, essa me parece a questão central: por que o ser existe? Como foi possível que algo começasse a existir e, simplesmente, não há apenas o nada?

Muitos pensadores levantam muitas questões a respeito do que seria o nada, de como entender ou definir o nada e coisas do gênero. Outros apelam para a ideia de que o nada é um conceito relativo. Não entro nesse debate, até porque muitas dessas questões parecem-me puramente retóricas ou simplesmente sofismas.

Alguns pensadores também parecem identificar o nada com o conceito de Vácuo da Física, por exemplo. E afirmam que desse “nada quântico” pode surgir uma

multiplicidade de entes. É preciso ficar claro que entendo nada como nada mesmo (desculpem a tautologia – intencional, é claro). Entendo nada como não-ser, como uma situação em que nenhum ser existiria, que não é a mesma coisa que o vazio ou vácuo da Física.

Evidentemente, apesar de todas as longas discussões filosóficas desde os tempos dos sofistas gregos sobre se o nada é ou não é, meu ponto de vista é simples: “nada” é um signo linguístico que indica um estado ou uma situação de não-ser absoluto. E do nada nada vem – velho princípio filosófico.

Portanto, tudo que existe tem que ter seu fundamento em um SER que seja senhor de seu próprio ser.

Essa questão da origem dos entes também tem suas dificuldades, pois o entendimento mais comum é a de um Deus criador que fez todas as coisas, inclusive os seres individuais, o que leva a debates improdutivos, como, por exemplo, entre criacionistas e não-criacionistas. Vários criacionistas fundamentalistas ficam procurando entes ou lacunas específicas da ciência para demonstrar a necessidade de uma intervenção divina na criação dos seres do Universo. Por outro lado, muitos ateus, entrando nesse jogo, procuram demonstrar que não é necessário nenhum deus para a existência da vida ou do espécie humana, por exemplo, pois a própria ciência pode demonstrar como tudo aconteceu. A meu ver, estão discutindo os detalhes, estão olhando apenas para o surgimento de entes específicos e, assim, deixam de olhar para a questão que é essencial: **o que torna possível o ser, ao invés do não-ser?**

**Essa é sempre a questão central: para que os entes existam, é preciso um ser que sustente o ser em sua origem. O processo posterior em que o ser vai se diversificando, complexificando ou fracassando é consequência do fato de os entes serem no espaçotempo.**

Entretanto, a formulação do argumento que apresentei acima tem um problema.

Quando digo que “é preciso um ser ...”, incorro num limite linguístico que não sei como superar. Ao dizer “um ser”, estou colocando o Ser como se fosse mais um ente entre os entes, mesmo considerando-o como o ente supremo e a causa de todos os outros. Acontece que o SER não é mais um ser. Os argumentos anteriores, sobretudo, os tomistas, parecem esbarrar exatamente nesse limite: Deus seria o ser que cria outros seres – ou seja, mesmo que soberano, seria mais um ser. Tomás de Aquino lida com isso adotando a noção de analogia do conceito de ser, ou seja, de que falar do ser em Deus não é a mesma coisa que falar do ser dos demais entes. Esse discurso sobre o ser em Deus e nos demais entes só pode ser feito por analogia, quer dizer, considerando que o conceito “ser” (ou qualquer outra coisa se diga sobre Deus) tem que ser entendida considerando a diferença de proporção, ou seja, a infinita desproporcionalidade entre o SER e os seres.

## CONCLUSÃO 2: Como falar de Deus

Grandes teólogos e filósofos já abordaram o fato de que nada que digamos de Deus é apropriado, pois Deus está muito além de nossa capacidade de compreensão e de nossa linguagem. Qualquer qualidade que atribuamos a ele é sempre imprópria. Dizer que Deus é bom, justo, sábio não dá conta do que Deus é. Se entendemos o que implica essa noção do SER, FUNDAMENTO DE TODOS OS SERES, percebemos que Ele apenas é. Nem se pode dizer que “Deus existe”, pois seria incluí-lo entre os outros entes. Deus é a base, o fundamento de todos os seres, enquanto o SER.

No encontro de Deus com Moisés, conforme narrado em Êxodo, Deus se apresenta como EU SOU AQUELE QUE É. A filosofia e teologia se apropriaram dessa expressão e desenvolveram toda uma reflexão metafísica sobre Deus, embora no contexto bíblico essa expressão tenha um sentido mais existencial, indicando o Deus que está sempre próximo e presente. Contudo, na verdade, essa é a única afirmação precisa que podemos dizer de Deus: Aquele que é.

Entretanto, precisamos falar de Deus, precisamos encontrar formas de nos expressar sobre este SER que é nosso fundamento. Então, empregamos as palavras que conhecemos, da melhor maneira que podemos e vamos adotando nossas categorias humanas para falar de Deus. Assim é que nos referimos a Deus como se fosse uma pessoa, dizemos que ele é infinitamente sábio etc.

Não vejo problema nisso, contanto que tenhamos consciência dos limites desses conceitos. O problema é quando as pessoas começam a usar essas imagens para colocar Deus intervindo em todo instante, criando uma espécie de deus-máquina ou gênio-do-bem que está o tempo todo interferindo na vida das pessoas, na história, na natureza para resolver nossos problemas.

Entretanto, ao SER que detém toda potência do ser e é fundamento de tudo que existe cabem todos os atributos que indiquem plenitude de ser. Assim o SER tem que ter “consciência” (?) de ser o SER, o que significa que não é apenas uma substância ou energia inconsciente ou informe do Universo, mais ou menos conforme o entende o panteísmo. Assim, podemos imaginar Deus como alguém a quem podemos nos dirigir, pois pode “ouvir” e “entender” nossas orações e assim por diante.

Por isso é perfeitamente legítimo chamar Deus de pai, como ensinou Jesus, indicando uma forma de relacionamento mais informal com Deus, um relacionamento menos solene, sem medo, sem traumas, que é, ao mesmo tempo de confiança e de amor, insistindo em que Deus não discrimina nem explora ninguém, pois ama todos os seres, não vendo nenhum deles como impuro ou desprezível.

Enfim, o SER que é fundamento de todos os seres está sempre acessível a todos os que o buscam, mesmo que façam isso de forma imperfeita e, muitas vezes, confusa.

## UMA DIGRESSÃO: A MORTE DE DEUS

Deus morreu.

Provavelmente, esse seja o mais famoso dito do ateísmo.

Sabemos que essa frase é de Nietzsche.

Acho conveniente transcrever aqui o aforismo 125 de “A gaia ciência”. Ele é um pouco longo (para um aforismo, no sentido estrito do termo), então vou citá-lo parcialmente.

### 125 – O insensato

Nunca ouviram falar desse louco que acendia uma lanterna em pleno dia e desatava a correr pela praça pública gritando sem cessar: “Procuro Deus! Procuro Deus!” – Como havia ali muitos daqueles que não acreditam em Deus, seu grito provocou grande riso. “Estava perdido?” – dizia um. “Será que se extraviou como uma criança?” – perguntava outro. “Será que se escondeu? Tem medo de nós? Embarcou? Emigrou?” – Assim gritavam e riam todos ao mesmo tempo. O louco saltou no meio deles e os trespassou com o olhar.

“Para onde foi Deus? – exclamou – “É o que vou dizer. Nós o matamos – vocês e eu. Nós todos, nós somos seus assassinos! Mas como fizemos isso? Como conseguimos esvaziar o mar? Quem nos deu uma esponja para apagar o horizonte? Que fizemos quando desprendemos esta terra da corrente que a ligava ao sol? Para onde vai agora? Para onde vamos nós? Longe de todos os sóis? Não estamos incessantemente caindo? [...] Deus morreu! Deus continua morto! E fomos nós que o matamos! [...] Não seremos forçados a nos tornar nós próprios deuses – mesmo que fosse simplesmente para parecermos dignos deles? Nunca houve ação mais grandiosa e aqueles que nascerem depois de nós pertencerão, por causa dela, a uma história mais elevada do que foi alguma vez toda essa história[...].”

Finalmente, jogou a lanterna ao chão, de tal modo que se partiu e se apagou. E então disse: “Chego cedo demais, meu tempo ainda não chegou. Esse acontecimento enorme ainda está a caminho, caminha – e ainda não chegou aos ouvidos dos homens. [...]”

Como se vê, o aforismo começa com uma explícita alusão a Diógenes (412-323 AEC), o filósofo cínico, de quem se diz que percorria as ruas com uma lanterna dizendo: “Procuro o Homem.” No caso do insensato de Nietzsche, ele procura Deus. Assim como Diógenes, também o insensato de Nietzsche é objeto de zombaria dos outros. Entretanto, sua zombaria revela apenas falta de consciência dos ateus comuns sobre a gravidade do que representa a morte de Deus. Por isso o insensato (algumas traduções usam “desvairado”) aparece como um profeta tentando revelar o sentido do evento da morte de Deus.

Identificar o Insensato com Diógenes parece-me já uma indicação importante. Diógenes era um crítico das convenções e protocolos de seu tempo. A procura pelo Homem era um gesto simbólico (parecido com o que alguns profetas, sobretudo Jeremias, faziam). Por esse gesto, ele denuncia que não encontra, em seu tempo, ninguém que seja digno de ser realmente chamado de Homem (anthropos – em grego indica ser humano em geral, homem ou mulher). Então, o que ele critica é que os seres

humanos que vê ao seu redor são apenas animais domesticados, sem verdadeira consciência de sua liberdade, do sentido de suas vidas e do tempo em que vivem.

Assim, o insensato está questionando seus contemporâneos sobre se eles tomaram consciência do que significa terem se tornado ateus, sobre a gravidade do que fizeram. Na verdade, o fenômeno do ateísmo já estava presente no meio de alguns grupos que se consideravam “modernos” ou “bem informados” ou “cultos” e mesmo entre cientistas e filósofos materialistas que achavam que deviam libertar a humanidade da opressão ou alienação provocada pela religião. Um tipo de ateísmo de moda, como vemos hoje. O Insensato questiona exatamente esse ateísmo que não percebe sua dimensão e suas consequências.

As metáforas que usa para falar desse fato são bastante significativas: esvaziar o mar, apagar o horizonte, soltar a corrente que liga ao sol. Então, matar Deus significa destruir as principais referências da vida. De fato, Nietzsche tem consciência de que um mundo sem Deus é um mundo sem referências. Isso os ateus não perceberam; acham que trata-se apenas de derrubar um mito ou uma superstição. Entretanto, o Insensato sabe que não é só isso. Matar Deus significa esvaziar a profundidade do mistério da vida. Matar Deus significa apagar as referências que dão sentido à vida. Matar Deus significa desligar-se da luz que ajuda a entender a vida. Daí deriva o niilismo: tudo se torna relativo. O ser humano não tem valor em si mesmo. Os valores morais são relativos. As filosofias e teologias não dizem nada. Por isso, somente o super-homem, aquele homem que está acima de todas as normas e valores, cujo valor é ele próprio, é o ser da nova era após a morte de Deus. E é nesse sentido que o Insensato pergunta: “não seremos forçados a nos tornar nós próprios deuses?”

Finalmente, o Insensato desiste de tentar anunciar sua mensagem aos contemporâneos, pois eles não têm capacidade de entender isso e termina seu discurso (como um profeta) prevendo um tempo em que os homens perceberão o que realmente significa livrar-se de Deus. Na “escatologia” de Nietzsche, o surgimento do super-homem seria essa nova era, um homem além do bem e do mal.

Algumas ideias de Nietzsche desse tipo foram usadas pelo nazismo para justificar a superioridade alemã e as práticas nazistas. Embora, a bem da verdade, deva-se dizer que Nietzsche era até antigermânico.

Entretanto, como disse acima, Nietzsche era a consequência de todo um movimento que, empolgado com a Força da Razão, achava que o homem seria capaz de se tornar melhor se fosse guiado pela Luz da Razão – o Iluminismo (embora Nietzsche mesmo fosse crítico dessa forma de “racionalismo/iluminismo/idealismo”). A partir do Iluminismo, tornou-se moda, entre as pessoas “ilustradas”, inclusive alguns membros do clero, zombar ou criticar tudo o que tivesse “cheiro” de sobrenatural ou que não pudesse ser demonstrado pelas “luzes da Razão”.

O ateísmo dos pensadores alemães desse período estava vinculado à crença da condição divina do homem. A eliminação de Deus era uma condição para que o ser humano se tornasse senhor absoluto de seu destino. Na verdade, parece que havia uma espécie de orgulho prometeico, o orgulho de quem acha que vai libertar a humanidade da opressão divina. Heine, a quem Nietzsche admirava demais, parece expressar bem esse sentimento ao escrever:

Eu era jovem e orgulhoso, e foi bom para minha arrogância quando ouvi de Hegel que, diferentemente do que pensava a minha avó, o Deus Todo-Poderoso que vive no paraíso não é um Deus Todo-Poderoso, mas sim eu,

que vivo aqui, na terra. Na época, tive tamanho empenho em favor da magnanimidade e do autossacrifício que, sem dúvida alguma, desse modo lancei uma tremenda sombra sobre os mais brilhantes feitos dos bons filisteus da virtude que apenas agem pelo senso de dever e simplesmente obedecem às leis da moral. Eu era a Moralidade Original; incapaz de pecar, eu era a pureza encarnada. (p. 273)

(Obs.: “filisteus” era expressão usada na Alemanha na época para indicar pessoas medíocres, vulgares, pouco inteligentes)

Evidentemente, essa condição divina era seletiva, pois só alguns homens especiais poderiam alcançá-la. Só alguns seriam super-homens.

A pós-modernidade ainda não chegara com suas desilusões.

Concluindo: primeiro Heine (antes de seu retorno à fé), depois Nietzsche proclamaram a morte de Deus, mas Nietzsche foi quem mais dramaticamente percebeu o alcance desse ateísmo, se levado às últimas consequências: niilismo e relativismo.

Ocorre que, de fato, percebemos em nosso tempo a presença dessas duas posturas. Entretanto, elas não são necessariamente as posturas dos ateus convictos ou “combativos”. Muita gente que se diz cristã tem, na vida prática, um comportamento que parece revelar que, no fundo mesmo, só se importam consigo mesmos, pois se acham superiores e melhores que os outros e que os princípios morais só valem quando lhes interessam.

Penso que a profecia do Insensato se cumpriu: o mundo perdeu a dimensão do absoluto. E era exatamente essa a angústia do Insensato de Nietzsche: se perdemos a referência do Absoluto, tudo se esvazia no Nada.

## O PRINCÍPIO DA SABEDORIA

Citei em epígrafe no começo desse artigo o versículo bíblico “O temor do Senhor é o princípio da sabedoria”, que aparece algumas vezes, com pequenas diferenças em vários livros da Bíblia.

Utilizei a fórmula mais tradicional e conhecida que se encontra na Edição Contemporânea de Almeida, 1990.

A Bíblia do Peregrino, uma das mais atualizadas, traduz: “O começo da Sensatez é respeitar o Senhor”.

Apesar da cultura do medo que muitos pregadores de diferentes religiões difundiram ao longo dos séculos, esse temor a que se refere o texto bíblico não é o medo que conhecemos. Trata-se de reconhecer a grandeza e profundidade do mistério do SER que é o fundamento de todo ser. Temor indica a reverência respeitosa ao Ser que é por si mesmo, que é a onipotência de ser.

Sabedoria é, em síntese, a capacidade de distinguir o que é verdadeiro e justo no meio do tumulto da vida e entre as diferentes opiniões e comportamentos. Ela é construída a partir de uma reflexão séria e profunda sobre as informações e conhecimentos adquiridos e sobre as experiências vividas. Sabedoria não é, portanto, apenas acúmulo de conhecimentos ou mesmo especialização científica. Na verdade, muitos “doutores” e pessoas altamente especializadas podem não possuir sabedoria, que se revela, não na demonstração de cultura acadêmica ou especializada, mas na forma como se lida com a vida e como se relaciona com os outros. Sabedoria também nada tem a ver com o nível de inteligência (QI – quociente de inteligência), que é tão apreciada em nossa sociedade, pois, um alto QI não garante que a pessoa tenha sabedoria.

Vimos que a Bíblia do Peregrino utiliza a palavra “sensatez”, que é uma possível tradução para o *HOKMAH* hebraico, pois indica a mesma qualidade descrita acima, ou seja, sabedoria equivale a sensatez.

Ao adotar essa epígrafe, que indica a priori minha posição neste artigo, quis destacar um aspecto que me parece importante nesse debate: seja qual for a posição que cada um adote, ela deve ser pautada por uma sincera busca da verdade, através de uma reflexão que nos ajude a compreender o mistério do ser.

Entre os gregos, a sabedoria era altamente estimada. A *SOFIA* era buscada através da reflexão e meditação que visava principalmente entender o mistério do ser. Em outras palavras, a sabedoria era a busca do fundamento do ser, seu objetivo era entender a razão do ser, que os filósofos chamavam de *LOGOS*: o que faz com que o ser exista? E aqui voltamos à pergunta de Heidegger acima e também ao questionamento que ele faz de que, em algum momento, parou-se de buscar o ser e nos limitamos aos entes. Lembro aqui que Slavoj Žižek, um pensador tão instigante, tenta inverter a questão: “Por que existe nada, em vez de algo?”. Com esse absurdo lógico, ele pensa fundamentar um “materialismo transcendental”.

Entretanto, a meta primordial e definitiva de quem busca a sabedoria é entender os segredos do ser e a razão do ser. Os profetas, os sábios e os poetas de Israel entenderam que essa razão se encontrava em YAHWEH, AQUELE QUE É.



## **AQUELE ABRAÇO**

Enfim, meus amigos que tiveram a paciência de ler até aqui, tentei refazer um pouco da caminhada dos principais pensadores do Ocidente que abordaram a questão da existência de Deus. Espero ter contribuído para o conhecimento dessa trajetória. Como perceberam, minha visão não é imparcial, pois não consigo entender como o Universo possa existir por si mesmo, que ele tenha potência de ser por si mesmo.

De qualquer modo, não pretendo que essa reflexão seja utilizada como um texto apologético, pois creio que o maior valor de todos é o diálogo realizado no espírito de caridade que Jesus ensinou.

Um grande abraço.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Como esclareci desde o princípio, não é minha intenção desenvolver um texto acadêmico, no sentido específico da palavra. Por essa razão, não me preocupei me realizar citações ou referências bibliográficas. Aqui apresento apenas as poucas referências que utilizei.

- SIEGMUND, Georg, **O ateísmo moderno: história e psicanálise**. SP: Loyola. 1996.
- FRÖLICH, Roland, **Curso Básico de História da Igreja**, SP: Paulus, 1987.
- VOLTAIRE, **Dicionário Filosófico**, SP: Editora Escala 2008. Tradução de Ciro Moranza e Antônio Geraldo da Silva.
- DAWKINS, Richard. **Deus, um delírio**. SP: Companhia das Letras. 2007. Tradução da Fernanda Ravagnani.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar da civilização**. SP: Penguin e Companhia das Letras, 2011.
- HEINE, Heinrich. **História da religião e da filosofia da Alemanha e outros escritos**. São Paulo : Madras, 2010. Tradução de Guilherme Miranda.